



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**

EDITAL N.º 21/2019 - UFRA, DE 29 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E

ENGENHEIRO – ÁREA: ENGENHARIA DE PESCA

08 de setembro de 2019

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 08h e término às 12h**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação

Após a Justiça derrubar de forma cautelar o contingenciamento de verbas em unidades de ensino, União deve protocolar recurso amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a segunda instância no caso, para garantir cortes

01 A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a
02 decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios
03 orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas
04 às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre. A defesa deve ser protocolada
05 amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda
06 instância no caso.

07 Em sua decisão cautelar (provisória), a juíza federal da Bahia acolheu uma série
08 de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação. A magistrada
09 analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que
10 comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

11 Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino,
12 o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”. O
13 descumprimento poderá ser alvo de multa de R\$ 100 mil. Os bloqueios orçamentários foram
14 definidos pelo Ministério da Economia, em revisão das estimativas de receitas. “A AGU
15 ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão. Para a juíza, embora
16 seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias,
17 “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o
18 direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino
19 federais”.

20
21 Obrigações

22
23 Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub,
24 classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou
25 as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade
26 Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

27 “Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas
28 apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente
29 destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país,
30 notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na
31 extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada.

32 Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que
33 as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”. Renata
34 Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à
35 continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e
36 manutenção. “A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no
37 texto constitucional”, concluiu a magistrada.

Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_ensinosuperior/2019/06/09/ensino_ensinosuperior_interna.761361/uniao-deve-protocolar-recurso-para-garantir-contingenciamento-na-educa.shtml

Acessado em 9/06/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo a juíza Renata Almeida, o contingenciamento imposto pelo MEC às universidades poderá gerar
- (A) mudanças em estimativas de receita.
 - (B) recurso por parte da AGU.
 - (C) recuo no desenvolvimento social.
 - (D) desrespeito a leis orçamentárias.
 - (E) desordem na comunidade acadêmica.

- 2 Na opinião da juíza, antes de impor limites orçamentários, o Ministério da Educação deve observar
- (A) a qualidade das universidades federais.
 - (B) o risco de paralisação das atividades.
 - (C) o cumprimento de serviços básicos.
 - (D) os preceitos que constam da Constituição.
 - (E) a defesa de obrigações contratuais.
- 3 Do trecho *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”* (linhas 27 a 31), compreende-se que
- (A) o ministro da educação errou ao classificar como “balbúrdia” eventos estudantis.
 - (B) os motivos apresentados pelo MEC não justificam o bloqueio das verbas.
 - (C) a previsão orçamentária para a UnB, a UFF e a UFBA foi equivocada.
 - (D) a UnB, a UFF e a UFBA são instituições de notória superioridade.
 - (E) o MEC deve considerar a diversidade das atividades das universidades.
- 4 De acordo com o texto **União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação**, a desobediência à decisão da juíza será punida com o(a)
- (A) não realização de serviços.
 - (B) paralisação das atividades.
 - (C) retratação do ministro.
 - (D) pagamento de multa.
 - (E) intimação da AGU.
- 5 Uma regra de regência foi desobedecida em
- (A) *A defesa deve ser protocolada amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda instância no caso* (linhas 4 a 6).
 - (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
 - (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
 - (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
 - (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).
- 6 No trecho *Em sua decisão cautelar (provisória), a juíza federal da Bahia acolheu uma série de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação* (linhas 7 e 8), a palavra grifada é sinônimo de
- (A) *recolheu.*
 - (B) *recebeu.*
 - (C) *aprovou.*
 - (D) *acatou.*
 - (E) *adotou.*

7 As aspas indicam ironia em

- (A) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
- (B) *“A AGU ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão* (linhas 15 e 16).
- (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
- (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
- (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).

8 Uma palavra foi empregada em sentido conotativo em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4).
- (B) *A magistrada analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB)* (linhas 8 a 10).
- (C) *Para a juíza, embora seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias, “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino federais”* (linhas 16 a 19).
- (D) *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada* (linhas 27 a 31).
- (E) *Renata Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e manutenção* (linhas 33 a 36).

9 Em Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (linhas 23 a 26), os dois períodos poderiam ser ligados pelo conector

- (A) *porque.*
- (B) *mas.*
- (C) *e.*
- (D) *pois.*
- (E) *no entanto.*

10 O referente do elemento grifado está corretamente indicado em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4) → Advocacia Geral da União.
- (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → Advocacia Geral da União.
- (C) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → magistrada.
- (D) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24) → Abraham Weintraub.
- (E) *Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA)* (linhas 24 a 26) → Ministério da Educação.

LEGISLAÇÃO

- 11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que, além da exoneração, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (B) I – demissão; II – readaptação; III – aposentadoria; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
 - (C) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – falecimento.
 - (E) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, considera-se remoção o deslocamento do servidor
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (D) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.
- 13 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para tratar de interesse particulares, outras também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (D) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.

- 14 Além de recusar fé a documentos públicos e opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como
- (A) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (B) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (C) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (D) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (E) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

- 15 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. São deveres fundamentais do servidor, dentre outros:
- (A) I – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; II – não prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – não alterar e nem deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; IV – não fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – não permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; II – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; III – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
 - (C) I – o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso; III – não desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; V – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
 - (D) I – ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; II – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum; V – divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
 - (E) I – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; II – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; III – desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – iludir e tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; V – retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; VI – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- 16 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Conforme esse Decreto, a aplicação do processo de avaliação de desempenho deverá ocorrer, no mínimo,
- (A) uma vez a cada quatro anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrienal, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (B) uma vez a cada três anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trianual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (C) uma vez a cada quatro meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (D) uma vez a cada três meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (E) uma vez por ano, ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.

- 17 Instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, a Política de desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional tem por finalidades
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (B) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – desenvolvimento permanente do servidor público; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 18 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Segundo essa lei, são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio de Professor e Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo e Professor voluntário ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e ao Professor do quadro efetivo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (E) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio ao Professor que também desenvolve cargo de Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

- 19 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da cassação de aposentadoria ou disponibilidade, existem outras penalidades disciplinares. Assinale a alternativa correta:
- (A) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; IV – destituição de cargo em comissão; e V – destituição de função comissionada.
- (B) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
- (D) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de função comissionada.
- (E) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). De acordo com esse Decreto, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas no atendimento aos usuários dos serviços públicos:
- (A) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
- (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, somente.
- (C) I – não obrigatoriamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (D) I – não necessariamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 O zooplâncton marinho inclui, virtualmente, representantes de todos os grupos de animais, alguns de forma permanente e outros temporariamente. Neste contexto, o conjunto de organismos que passam todo o seu ciclo de vida integrando a comunidade planctônica é chamado de
- (A) Meroplâncton.
- (B) Mesoplâncton.
- (C) Euriplâncton.
- (D) Holoplâncton.
- (E) Macroplâncton.

- 22 As macrófitas aquáticas podem viver em água doce, salobra ou salgada, sendo classificadas geralmente quanto ao seu biótopo de ocorrência. A classificação conferida ao aguapé *Eichhornia crassipes*, macrófita aquática que pode ser utilizada no tratamento de efluentes da aquicultura, é a
- (A) Submersa fixa.
 - (B) Submersa livre.
 - (C) Flutuante fixa.
 - (D) Flutuante livre.
 - (E) Emergente.
- 23 Escamas ausentes, cabeça com escudo cefálico, barbilhões geralmente presentes, linha lateral completa e nadadeira caudal furcada são características morfológicas que podem ser observadas na família de peixes teleósteos denominada
- (A) Centropomidae.
 - (B) Scombridae.
 - (C) Ariidae.
 - (D) Cichlidae.
 - (E) Engraulidae.
- 24 A presença dos três primeiros pares de pereiópodos quelados com forma e tamanhos similares, a pleura do segundo somito abdominal sobrepondo a terceira, mas não a primeira, e as brânquias ramificadas caracterizam a subordem de camarões denominada
- (A) Pleocyemata.
 - (B) Dendrobranchiata.
 - (C) Stenopodidea.
 - (D) Caridea.
 - (E) Palaemonidae.
- 25 A aquicultura, quando praticada com finalidade comercial, deve ter a implantação de empreendimentos precedida por projetos técnico-econômicos capazes de balizar a tomada de decisão referente ao negócio. A taxa de juros que representa o mínimo que o investidor espera de retorno de um investimento é denominada
- (A) Taxa Interna de Retorno.
 - (B) Taxa Mínima de Atratividade.
 - (C) Taxa Mínima de Retorno.
 - (D) Taxa Interna de Atratividade.
 - (E) Valor Presente Mínimo.
- 26 O pargo *Lutjanus purpureus*, também conhecido globalmente como *Caribbean red snapper* ou *pargo colorado*, é um teleósteo marinho de hábito demersal. Sobre o ordenamento da captura do pargo no litoral brasileiro, é correto afirmar:
- (A) O período de defeso da espécie é de 15 de janeiro a 30 de abril, anualmente.
 - (B) A limitação de frota é de 220 embarcações, sendo 150 embarcações com até 15 metros de comprimento total e 70 embarcações com mais de 15 metros de comprimento total.
 - (C) O período de defeso da espécie é de 1º de janeiro a 30 de abril, anualmente.
 - (D) A limitação de frota é de 150 embarcações, sendo 100 embarcações com até 15 metros de comprimento total e 50 embarcações com mais de 15 metros de comprimento total.
 - (E) O período de defeso da espécie é de 15 de dezembro a 30 de abril, anualmente.

- 27 O termo molusco bivalve designa animais de corpo mole protegido por uma concha que apresenta duas valvas. São moluscos bivalves utilizados na alimentação humana no território brasileiro:
- (A) *Crassostrea rhizophorae*, *Achatina fulica* e *Teredo* sp.
 - (B) *Mytella falcata*, *Crassostrea gigas* e *Achatina fulica*.
 - (C) *Perna perna*, *Helix pomatia* e *Mytella guyanensis*.
 - (D) *Crassostrea rhizophorae*, *Mytella guyanensis* e *Teredo* sp.
 - (E) *Helix pomatia*, *Perna perna* e *Crassostrea gasar*.
- 28 Enfermidade que acomete o camarão cinza *Litopenaeus vannamei* em empreendimentos aquícolas no Brasil, promovendo a perda da transparência do abdômen, que se torna opaco, com áreas de aspecto leitoso, em estágios mais avançados, causa o apodrecimento das áreas afetadas. Essa enfermidade é a
- (A) Síndrome de Taura.
 - (B) Mionecrose Infecciosa.
 - (C) Síndrome da Mancha Branca.
 - (D) Necrose Hepatopancreática Aguda.
 - (E) Necrose Infecciosa Hipodermal e Hematopoiética.
- 29 São helmintos alongados caracterizados por uma probóscide contendo pequenos e numerosos espinhos, os quais servem para fixação do parasito no intestino do peixe hospedeiro, e acometem o tambaqui *Colossoma macropomum* em empreendimentos de piscicultura no Brasil, em especial, na região Norte. Essa descrição corresponde aos:
- (A) Monogenoideas.
 - (B) Digenéticos.
 - (C) Acantocéfalos.
 - (D) Branquiúros.
 - (E) Nematoides.
- 30 Anelídeo poliqueta parasita de ostras que pode causar mortalidade em empreendimentos aquícolas, principalmente de indivíduos jovens, além de promover um grande prejuízo na aparência desses moluscos bivalves, depreciando o produto para o mercado. Trata-se de:
- (A) *Nematopsis* sp.
 - (B) *Tylocephalum* sp.
 - (C) *Ostracobable implexa*.
 - (D) *Polydora* sp.
 - (E) *Perkinsus marinus*.
- 31 O matrinxã *Brycon amazonicus* é uma espécie amazônica de importância para a piscicultura brasileira, em especial na região Norte, onde é produzida em viveiros escavados, tanques-rede e canais de igarapé. Assinale o hábito alimentar do matrinxã na fase adulta.
- (A) Carnívoro.
 - (B) Onívoro.
 - (C) Herbívoro.
 - (D) Detritívoro.
 - (E) Iliófago.

- 32 O tólico e o petasma são as estruturas morfológicas externas que representam os caracteres sexuais secundários dos camarões peneídeos para fêmeas e machos, respectivamente. Neste contexto, o tólico das fêmeas do camarão cinza *Litopenaeus vannamei* é
- (A) simples.
 - (B) composto.
 - (C) fechado.
 - (D) aberto.
 - (E) conjugado.
- 33 A produção de moluscos no Brasil é baseada em bivalves, como ostras, mexilhões e vieiras. Em termos de volume produzido anualmente, o molusco bivalve de maior importância para a malacocultura brasileira é o(a)
- (A) Ostra japonesa *Crassostrea gigas*.
 - (B) Ostra nativa *Crassostrea gasar*.
 - (C) Ostra do mangue *Crassostrea rizhophorae*.
 - (D) Vieira *Nodipecten nodosus*.
 - (E) Mexilhão *Perna perna*.
- 34 Os moluscos são o segundo maior grupo de animais em número de espécies, dentre os quais muitas são de vida livre, algumas possuem larvas parasitas de peixes e outras servem de hospedeiros intermediários para parasitas de seres humanos. As larvas de moluscos bivalves que parasitam brânquias de peixes de água doce são chamadas de
- (A) Miracídeos.
 - (B) Cercárias.
 - (C) Gloquídeos.
 - (D) Tricodínídeos.
 - (E) Nefrídeos.
- 35 A denominação atribuída em oceanografia à região dos oceanos que corresponde ao relevo da plataforma continental e à camada de água situada sobre ela e que não sofre a influência das marés é
- (A) zona nerítica.
 - (B) zona oceânica.
 - (C) zona litoral.
 - (D) zona bentônica.
 - (E) zona continental.
- 36 Em ecossistemas lênticos, a região constituída pela parte do ecossistema aquático que está em contato com o ecossistema terrestre adjacente, sofrendo influência direta deste, é chamada de
- (A) Bêntica.
 - (B) Interface água-ar.
 - (C) Limnética.
 - (D) Litorânea.
 - (E) Pelágica.
- 37 O conjunto de organismos que têm como habitat a interface água-ar, ocupando a zona mais superficial de um corpo hídrico ou vivendo diretamente sobre a superfície da água, é chamado de
- (A) Plêuston.
 - (B) Nécton.
 - (C) Superficial.
 - (D) Intersticial.
 - (E) Intertidal.

- 38 É uma bactéria esférica, gram-positiva, frequentemente encontrada na pele e nas fossas nasais de seres humanos saudáveis e que pode ser responsável por surtos de intoxicação alimentar em caso de consumo de pescado manipulado sob condições higiênico-sanitárias inadequadas:
- (A) *Vibrio parahaemolyticus*.
 - (B) *Escherichia coli*.
 - (C) *Clostridium botulinum*.
 - (D) *Salmonella typhi*.
 - (E) *Staphylococcus aureus*.
- 39 Os peixes diádromos efetuam migração entre ambientes dulcícolas e marinhos para completarem o seu ciclo de vida. A denominação conferida aos peixes que vivem em ambientes de água doce, mas migram para o mar para se reproduzir é
- (A) Oceanódromos.
 - (B) Potamódromos.
 - (C) Anfídromos.
 - (D) Catádromos.
 - (E) Anádromos.
- 40 A unidade de medida de velocidade de embarcações equivalente a uma milha náutica por hora chama-se
- (A) Polegada.
 - (B) Nó.
 - (C) Milha marítima.
 - (D) Quilômetro.
 - (E) Jarda.
- 41 É um diminuto peixe ornamental, representante da ordem dos Characiformes e da família Characidae, endêmico das Bacias dos Rios Negro e Orinoco, onde é encontrado em igarapés de florestas inundáveis, em áreas rasas, sombreadas e com pouca correnteza:
- (A) Acari amarelinho *Baryancistrus xanthellus*.
 - (B) Acari picota ouro *Scobinancistrus aureatus*.
 - (C) Cardinal tetra *Paracheirodon axelrodi*.
 - (D) Acará disco *Symphysodon aequifasciatus*.
 - (E) Acará bandeira *Pterophyllum scalare*.
- 42 São peixes não reofílicos de importância para a piscicultura brasileira:
- (A) *Arapaima gigas*, *Oreochromis niloticus* e *Colossoma macropomum*.
 - (B) *Piaractus mesopotamicus*, *Piaractus brachypomus* e *Colossoma macropomum*.
 - (C) *Oreochromis niloticus*, *Arapaima gigas* e *Hoplias* spp.
 - (D) *Arapaima gigas*, *Pseudoplatystoma reticulatum* e *Piaractus mesopotamicus*.
 - (E) *Oreochromis niloticus*, *Pseudoplatystoma reticulatum* e *Pseudoplatystoma corruscans*.
- 43 De acordo com o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), pescado fresco é aquele que não foi submetido a qualquer processo de conservação, a não ser pela ação do gelo ou por meio de métodos de conservação de efeito similar. Esta norma jurídica define que o pH da carne de peixes frescos deve ser
- (A) inferior a 8,00.
 - (B) superior a 8,00.
 - (C) inferior a 7,00.
 - (D) superior a 7,00.
 - (E) inferior a 7,50.

- 44 A frota industrial que atua na captura da piramutaba *Brachyplatystoma vaillantii* por meio de arrasto motorizado no estuário amazônico é limitada pela legislação em
- (A) 185 embarcações.
 - (B) 158 embarcações.
 - (C) 85 embarcações.
 - (D) 48 embarcações.
 - (E) 160 embarcações.
- 45 As macroalgas marinhas possuem um corpo vegetativo pouco diferenciado em termos de tecidos, desempenham relevantes funções ecológicas em ambientes aquáticos e podem apresentar importância socioeconômica. O kombu *Lamnaria japonica* ou *Saccharina japonica*, macroalga marinha mais consumida no mundo, é classificado como
- (A) Chlorophyta.
 - (B) Phaeophyta.
 - (C) Rhodophyta.
 - (D) Chianophyta.
 - (E) Nematophyta.